Luiz dos Santos Vilhena

Memória, História e Literatura

Luciene Lages (org.)

EDUFBA

Luciene Lages
(org.)

Luiz dos Santos Vilhena

Memória,
História e
Literatura

Salvador
EDUFBA
2020

Capítulo 2

Notas sobre a Recepção Greco-Latina na Crônica Colonial de Luiz dos Santos Vilhena

José Amarante
Luciene Lages

Um nome, entre gregos e baianos: alguma palavra sobre recepção

A institucionalização de um novo nome é uma experiência de reinauguração, num movimento que tanto tem de manutenção do vivido – porque o novo nome não apaga o conjunto de experiências ao renomeado – quanto tem de instauração de matizes novos – porque a experiência do novo nome traz consigo camadas de sentidos e projetos de ressignificação. Quando já estava há onze anos na então cidade da Bahia,[1] como professor de grego, Luiz dos Santos Vilhena experimenta, em sua crônica colonial, uma composição de base grega para adjetivar a natureza e o ponto de partida de seus relatos e análises, de forma que grande parte de suas *Notícias*, incluídas entre as "brasílicas", são "soteropolitanas": qualificativo constituído das formas gregas *σωτήρ* ('salvador', 'libertador') e *πόλις* ('cidade'). Diferentemente de como

1 Vilhena chega à Bahia em 1787 e inicia as cartas em 1798.

propõe Houaiss, em cujo verbete *soteropolitano* se data a sua possível primeira atribuição em 1817, provavelmente a partir de Manuel Aires de Casal, em sua obra *Corografia Brasílica*, desse ano, é possível que seja Vilhena o primeiro a propor entre nós, em 1802, o gentílico para se referir aos nascidos na então cidade da Bahia ou Salvador.[2]

Poderia ser o caso de se tratar de uma excentricidade experimentada por uma espécie de acadêmico erudito, ou de "um letrado metido a intelectual / que buscou seus quinze minutos / de fama ao propor a adoção / de um nome 'mais grego', / um gentílico laico para Salvador", como propõe o poeta Carlos Verçosa[3]. Mas o fato é que a designação logrou êxito, como poucas vezes ocorre com qualquer iniciativa terminológica oriunda do mundo erudito, diante da força dos termos de base mais popular. É assim que não facilmente se pode encontrar, na Terra de Todos os Santos, alguém que se qualifica pela forma, também dicionarizada, *salvadorense*, e abundam na cidade, entre programas de TV e revistas de variedades, as menções a Salvador por *Soterópolis*, tamanha a força da base do gentílico e sua penetração nas mais diversas camadas sociais.

Com Vilhena, então, com a sugestão de um gentílico novo, o povo da cidade – que encontrou um espaço comercial para ter, ao modo de Tebas, também Sete Portas – ainda se vê como o povo da cidade da Bahia (poucos talvez se vejam como salvadorenses), num movimento de manutenção, mas é possível que a grande

2 Somente quinze anos após a publicação da obra de Vilhena, Manuel Aires de Casal se referirá à cidade por 'Soterópolis': "São Salvador, *Soterópolis*, mais conhecida pelo nome de Bahia, situada no lado oriental e perto da entrada da Baía de Todos os Santos é cidade arquiepiscopal e uma das maiores, das mais comerciantes e florescentes da América." (CASAL, 1817, p. 235)

3 Na composição "Salvador do tempo em que era a cidade da Bahia e quem nascia aqui era baiano com ou sem h", Carlos Verçosa (2019) propõe recuperar poeticamente versões diferentes para o surgimento do gentílico *soteropolitano*.

maioria já respire com o verniz grego presente na base do gentílico criado, numa dinâmica de se pensar experiencialmente de modo diverso, renomeado, com camadas novas de significação.

O gosto de Vilhena pela criação lexical não se vê apenas no título da obra. Do ponto de vista retórico, o professor opta por deixar as coisas "debaixo de nomes alusivos" (VILHENA, 1969, p. 17)[4], expressão com que se explicita o jogo vocabular que se oculta na invocação dos dois destinatários de suas missivas, em composições lexicais realizadas com a base nominal grega, como era de se esperar para um professor da língua. Em ambos, a forma substantiva de base é a palavra grega *φίλος* ('amigo'), e outro termo grego apresenta a especificação a cada um. Assim, as missivas de I a XX são dedicadas ao príncipe D. João, sob o pseudônimo Filopono (*φίλος* e *πόνος*, 'trabalho', 'esforço'): "amigo do trabalho"[5]. Já as quatro últimas cartas são dedicadas ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, sob o pseudônimo Patrífilo (*πάτρα*, 'pátria', e *φίλος*): "amigo da pátria".

Também a formação do pseudônimo do emissor das cartas é um jogo linguístico, uma composição perifrástrica com nomes portugueses motivados e um substantivo grego transliterado (*ἀλήθεια*, 'verdade'): *Amador Veríssimo de Aleteya*, "aquele que ama de modo muito verdadeiro a verdade". Na forma 'Amador' veja-se também uma espécie de tradução de *φίλος*, presente nos pseudônimos dos destinatários. Assim, o autor não deixa dúvidas sobre sua inclinação à cultura clássica e ao seu interesse por fazer sua crônica de modo o mais honesto possível.

A partir de sua formação, e como um homem de seu tempo, cuja ideia de cultura letrada se associava à força clássica

4 Para as citações de Vilhena, seguimos a edição de 1969, de Edison Carneiro, que apresenta um texto com atualização ortográfica, em relação à edição de Braz do Amaral, de 1921, mais conservadora nesse sentido.

5 Trata-se do Príncipe que viria a ser coroado no Brasil com o nome de D. João VI.

greco-latina – ainda que em constante necessidade de imposição discursiva, frente aos desenvolvimentos de ideias e ideais nacionais cada vez mais crescentes –, o cronista sinaliza já no título da obra o lugar de seu ponto de partida: a de um professor de grego atuando há mais de uma década na cidade e seu olhar para os problemas enfrentados na colônia. É esse seu lugar de fala, com as devidas vênias pelo anacronismo. E sua fala, seu discurso, inevitavelmente, ecoará ideias e pensamentos, e até mesmo lugares-comuns, sentenciais, que querem conversar com o outro, querem tensionar as relações de sua experiência intelectual com aquilo que vê e documenta, razão pela qual elementos diversos da Antiguidade aparecem aqui e acolá rememorados. Nesse ambiente dialógico proposto, também a Antiguidade se modifica, porque, pelo seu jogo referencial, marcado por intertextualidades, o leitor – desde o primeiro, o próprio autor – recriará certas imagens do Antigo, mapeando significações novas, agora tensionadas por uma experiência também nova, de contato com um outro que propõe o continuar da conversa. É, pois, como destaca Charles Martindale (2013), um movimento bidirecional. Assim, os soteropolitanos são, depois do novo gentílico, um povo com uma camada de antigo, recuperando o sentimento de pertencimento à mais antiga capital do Brasil, e o grego e sua cultura são também afetados pelo imaginário de uma população sulamericana.[6]

6 Essa ideia se difunde na cultura local e se documenta em referências diversas. O escritor carioca França Júnior (1838-1890), membro da Academia Brasileira de Letras, no texto "O cantor de serenatas" (1878), se refere a Salvador com o epíteto "Athenas Brazileira" (nome disputado, também no século XIX, com São Luiz, dada a efervescência cultural na cidade à época, em função do número de escritores locais em movimentos literários a partir do Romantismo). Outra referência a Salvador e a sua antiguidade também se vê na designação da fundadora do Ilê Axé Opó Afonjá, Mãe Aninha, que, na primeira metade do século XX, se referia à cidade como *Roma Negra*, dada a centralidade aí do culto aos Orixás e o fato de Roma ser o centro do Catolicismo, e também considerando a autoridade cultural da cidade da Bahia. (LANDES, [1947] 2002) A expressão ficou eternizada na canção *Reconvexo*, de Caetano Veloso, gravada por Maria Bethânia no disco *Memória da pele*, em 1989.

Assim, nos termos propostos por Martindale, teórico dos estudos da recepção e dos usos do Antigo, a Antiguidade estaria em constante mudança, já que o conhecimento e as obras antigas, em situação de recepção, passariam a ter diferentes significados pelo fato de serem evocados pelos signos de novas experiências e de diferentes condições modernas. Dessa forma, cada leitor é mais um receptor, e sua leitura trará sempre ao antigo os frescores de seu tempo, pelo fato de que cada um lê com os olhos de seu mundo, que não eram os mesmos do mundo dos autores que nos legaram suas obras. É, pois, a recepção uma situação que nada tem de uma ação passiva, da mesma forma, *mutatis mutandis*, que os romanos já não mais são vistos como uma simples imitação dos gregos, mas como agentes de formas de emulação, uma ação de um outro que compreende a natureza da sua intervenção:

> A recepção, de forma passiva e acrítica, retira dos "receptores" o papel ativo e interativo que exercem diante do conhecimento advindo da Antiguidade, como se pudéssemos ler um autor antigo ou admirarmos uma obra de arte antiga retirando de nossas percepções tudo aquilo que nos constitui, em uma prática de consumo e adoção passiva daquilo que nos é dado, pronto, de antemão. (SILVA; FUNARI; GARRAFONI, 2020, p. 46)

Como já nos parece óbvio, a ideia sobre recepção não é a mesma ao longo do tempo, de forma que cada época "recebeu" os antigos de forma diversa, imprimindo em sua leitura não apenas uma visão mais ou menos estabelecida sobre o passado, sobre as formas de sobrevivência do antigo, mas também uma visão atravessada pelo olhar experiencial próprio, muito embora é possível que um olhar de uma época possa redundar – é inegável – em um uso recursivo, assumidamente utilitarista, vazio, sob a forma de abuso, como no século XIX denunciará Machado de Assis o latim empregado para as "despesas de conversação", como

enfeite, roupagem de erudito. (AMARANTE, 2014; BERNAL, 2016) Definitivamente, conforme veremos, não é esse o caso de Vilhena.

Erguendo um panteão alusivo

O século XVIII é marcado, do ponto de vista intelectual, pela reunião dos ditos letrados em academias, mais ou menos perenes, com objetivos diversos, mas que giravam em torno de questões científicas ou culturais, a partir da influência do pensamento iluminista vigente. Em 1799, por exemplo, é fundada a Academia das Ciências de Lisboa, em que muitos sócios são correspondentes brasileiros que enviam à Coroa o resultado de suas experiências sob a forma de memórias. (JOBIM, 1983, p. 33) Nesse período, as correspondências entre a Coroa e a Colônia são contínuas, como resultado do trânsito de brasileiros que iam estudar na Universidade de Coimbra ou de professores e de outros tipos de profissionais portugueses que vinham trabalhar no Brasil.

Vilhena é um desses agentes que se mudam à colônia para fins profissionais, tendo vindo assumir a cadeira de língua grega na cidade do Salvador, na Bahia, apesar de ter atuado como professor de latim em Lisboa. E as suas *Notícias* são a sua contribuição informativa à Coroa, sob a forma de cartas, um gênero discursivo que, já na Antiguidade, era um expediente retórico para a escrita de tratados filosóficos, literários, morais, políticos, entre outros.

Seja como cronista dos tempos coloniais ou professor de estudos clássicos, Vilhena apresenta um relato que se articula com um caráter testemunhal, em que se observa a insistência com a preocupação com o factual, com o assumido como verdadeiro: desde o nome criado para pseudônimo do emissor (*Amador Veríssimo de Aleteya*), até as declarações de que fez "a possível diligência por indagar a verdade". (VILHENA, op. cit., p. 19)

Como consequência natural para um professor das línguas grega e latina, podemos considerar que os elementos de recepção da Antiguidade nos seus escritos é da ordem do esperado. Observemos, no entanto, a não exclusividade da cadeira acadêmica que se ocupa para a assunção de certas abordagens discursivas que promovem diálogos com temas e questões antigas, haja vista o fato de que o uso de elementos do mundo greco-latino como estratégia narrativo-argumentativa corresponde a uma prática comum entre os escritores do século XVI, XVII e XVIII, fruto ainda de uma valorização clássica pós-renascentista e base do currículo escolar jesuítico durante sua vigência. Assim, suas missivas seguem a tendência da época, a de valorização do diálogo com os clássicos, com a vantagem de o autor ser conhecedor do grego e do latim, de forma que usa citações e alusões acuradas, que recheiam a obra com metáforas para explicação ou descrição do povo, das personagens históricas e das terras brasílicas. Ressalta-se que sua obra produz imagens e discursos que se pautam nos ideais da Antiguidade clássica como parte de um projeto intelectual de uma nação em construção, e numa construção pela palavra.[7]

Ao modo *mutatis mutandis* da Carta de Pero Vaz de Caminha, os relatos de Vilhena adquirem uma feição quase literária, em função do cuidado que o autor tem com a linguagem, ao mesmo tempo direta, fluida e por vezes poética. A recorrência às metáforas, símiles, símbolos, eufemismos, junto ao cuidado

7 Os mesmos ideais também haviam pautado, por exemplo, as nossas primeiras gramáticas, que se serviram de pressupostos gramaticais greco-romanos e de modelos de autores expoentes da Antiguidade. Dada a dimensão imperial do Português no séc. XVI, são também inevitáveis as comparações da nossa língua vernácula com o grego e o latim, como se vê, por exemplo, em Fernão de Oliveira: "E não desconfiemos da nossa lingua porque os homẽs fazem a língua/e não a lingoa os homẽs. E e manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras: e os homẽs as poserão na perfeição q̃ agora tem". (OLIVEIRA, [1536] 2000, 7:27-29, e 8:1-2) Para elementos sobre "A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa" a partir da expansão ultramarina, ver Maia (2010).

com a sintaxe, com o léxico, e com a retomada de expressões e mitos gregos, transformam o relato em um verdadeiro tratado sobre a cultura brasileira em busca de uma identidade em diálogo.

Há demonstrações de certa consciência do autor das *Notícias* em relação ao estilo de sua escrita, ainda que declarações dessa ordem se deem em momentos das dedicatórias ou das cartas em que o autor se dirige ao destinatário praticando a chamada *captatio benevolentiae*, retoricamente se mostrando como não zeloso pelo estilo. É assim, por exemplo, que, na Dedicatória a D. João, justifica o uso de nomes alusivos como forma de encobrir qualquer falha sua como autor de pretensões de cunho historiográfico:[8] "por conhecer bem a pobreza de meus talentos". Também na Carta IV, ao explicitar a Filopono a sua impossibilidade de tratar amplamente das questões que afetam a saúde dos habitantes da Bahia, o cronista destaca sua preocupação com o estilo, haja vista o fato de que escreve num contexto mais íntimo e não abertamente como historiador:

> Estas são as que todos conhecem, e os que podem não remedeiam; as outras porém mais particulares, as manifestará quem pelos deveres da sua profissão, e glória do nome de autor, haja de incumbir-se dêsse trabalho, **e não eu, que além de ser destituído das doutrinas, e talentos precisos**, nada mais faço, que participar ao meu amigo o verdadeiro estado de um país em que me acho, e que êle talvez nunca pisará, sem que jamais me deixe arrastar da paixão pró, ou contra, e **livre** ao mesmo tempo **do entusiasmo de querer empolar os meus discursos**, e só sim falar ao meu amigo pelos têrmos, que são permitidos, a quem escrever familiarmente. (VILHENA, op. cit., p. 165)

O mesmo Vilhena, na dedicatória a Rodrigo de Souza Coutinho, presente no conjunto das últimas cartas, ainda atento ao

8 São vários os momentos em que Vilhena coloca em discussão o trabalho do historiador e que propõe seu trabalho como uma contribuição para uma nova História Brasílica a ser escrita. Ver cap. 1 neste livro.

jogo verdade x mentira, que insinua um interesse historiográfico, declara não querer "ornar a verdade mais do que sua simplicidade requer, sem contudo degenerar em mentira". (VILHENA, op. cit. p. 809) Há, pois, a consciência de um manejo autoral do estilo, de forma que o nosso autor não seria destituído da doutrina retórica. E, ainda que pareça não fazê-lo, pelo que se assume, é possível que Vilhena se valha de recursos retóricos ligados ao ornamento, exatamente no incremento feito com uma espécie de panteão de alusões clássicas, que funcionam ao modo de comparações úteis ao seu argumento.

Na parte de sua *Institutio oratoria* dedicada ao ornamento (8,3,1), Quintiliano enfatiza a necessidade de que "o correto ornamento ocorra em função de sua utilidade" (*nunquam vera species ab utilitate dividitur*, 8,3,11) e põe, no rol dos ornamentos, a a *ἐνάργεια* ('evidência', 'clareza'), que funcionaria como recurso para o orador colocar diante dos olhos o assunto em pauta (*repraesentatio*, 8,3,61). É a partir daí que cita a comparação (*similitudo*) como uma figura retórica que faculta "expor as imagens das coisas" (*ad exprimendam rerum imaginem*, 8,3,72). Assim, os recursos comparativos, como a comparação ou a analogia, não apenas serviriam como ornamento discursivo, mas também teriam função utilitária: "mapear contiguidades e correspondências" e "definir oposições e distanciamentos". (AMARANTE, 2020, p. 77) Desse modo, é necessário que nos atentemos, em Vilhena, à natureza dos usos de elementos antigos e das citações realizadas, de forma a observarmos, nessas alusões, a relação de seu efeito estilístico com sua utilidade.

Na Carta I, a citação de participantes heroicos da guerra de Troia, por exemplo, se dá em um contexto de descrição das origens dos povos habitantes da província. A comparação feita objetiva um fino efeito retórico: a ironia. Ao discutir sobre a vinda de famílias nobres para o Brasil, Vilhena destaca os efeitos do tempo para a "confusão entre nobres, e abjetos plebeus" (VILHENA, op. cit.,

p. 51) e confirma a existência de outros grupos sociais, entre os quais os que se orgulham de descender de caboclos e índios e os que se gloriam por descenderem de ilustres governadores antigos ou de personagens outras que, em tempos diversos, aportaram na região. Entre esses, haveria os que quereriam insinuar uma ascendência muito antiga, uma "genealogia mais comprida, que as dos hebreus, e disputar nobreza com os grandes de todo mundo". (VILHENA, op. cit., p. 52) É nesse contexto que passa a tratar de alguns que se encontrariam na repartição militar, entre os quais haveria aqueles tidos como de pouco conhecimento sobre o que seria ser um homem honrado, "qualquer dêles de Alferes até Coronel se julga o *non plus ultra* da nobreza, sem que jamais as suas ações concordem com os deveres do fôro em que acham, do posto, e graduação que ocupam". (VILHENA, op. cit., p. 52) A comparação é então acionada com vistas a, num jogo irônico, confrontar, em termos de honra, valentia e astúcia, a postura dos gabarolas da repartição militar com a conduta de famosos guerreiros e estrategistas de guerra:

> Se diante dêstes se fala em ciência militar, **Laudon, Federico, e outros desta qualidade, eram *em comparação*** dêles, uns estúpidos; **se em valentia, Heitor, Aquiles, Diomedes etc. uns cobardes**; a tempo que êles têm visto o inimigo tantas vêzes, e se têm achado em pendências, como eu, que nunca o vi, nem briguei com pessoa alguma. Falando-se em decisões militares ou conselhos de guerra; **Nestor comparado com êle era um ignorante.** (VILHENA, op. cit., p. 52-53)

O expediente comparativo utilizado faz alusão a duas situações de guerras, envolvendo valentes guerreiros e estrategistas bélicos: uma mais próxima do período do autor e outra dos poemas homéricos, também não distante em função de se tratar de elemento cultural básico na formação de um homem ilustrado. Vilhena, então, confronta uma certa população militar da colônia com diferentes

povos, encaixando na estrutura equiparativa irônica, em termos de homens comparáveis, não somente aqueles antigos (Aquiles, guerreiro grego, heroi da *Ilíada* de Homero; Diomedes, príncipe de Argos e parceiro, na guerra de Tróia, do astucioso Odisseu; e Nestor, velho já na época da guerra, mas conhecido por sua coragem e eloquência) como também os estrategistas de guerra recente que se enfrentaram na Batalha de Kunersdorf (1759), ocorrida na Guerra dos Sete Anos: Frederico II, comandante da Prússia, derrotado na Batalha, e Ernst Gideon von Laudon, um dos mais bem sucedidos oponentes, comandante da Áustria.

O confronto, para além dos efeitos de ironia, associa duas guerras, promovendo no leitor a oportunidade para reconsiderações sobre suas concepções, tanto as relativas a eventos modernos quanto àqueles por vezes considerados lendários do mundo antigo, de forma que a recepção pode ter mesmo efeitos bidirecionais. (MARTINDALE, 2013) Ao leitor se abre uma dupla oportunidade: a de repensar a historicidade da guerra de Troia e o caráter ficcional de seus herois e a de relativizar os efeitos heroicos das narrativas ditas não ficcionais. É, pois, nessa tensão que pode se situar a recepção. E esses elementos são de algum modo redimensionados, reimaginados, pela estratégia retórica da comparação, que atua para muito além de seu efeito ornamentativo.

A engenhosa arte de Dédalo, construtor do labirinto que serviu de contenção ao Minotauro, filho da mulher de Minos, Pasífae, e do touro de Creta, é também um elemento da Antiguidade retomado, aparecendo em mais de um momento nas Cartas. Na Carta II, a descrição da Baía de Todos os Santos é também um expediente para confrontar o Antigo e o Moderno, com o diálogo estabelecido ainda com a mediação de uma outra realidade do mundo não ficcional. A descrição do "Grande Golpho da Bahia", com suas ilhas e seus labirintos de canais, não somente ganha contornos comparativos com a arte do cretense da Antiguidade, como estrategicamente é confrontada com o desenho geográfico de Veneza.

> É a sua vista tal, que eu não sei se a Natureza em alguma outra parte terá feito **um tão aprazível quadro, digno verdadeiramente de ser decantado pelos insignes poetas da antiga Grécia. Dez Venezas juntas não poderiam comparar-se com a cidade que naquele dédalo se fundasse**; porque é tal o labirinto de canais, que dividem aquelas ilhas grandes, e pequenas, e tantos os esteiros que por elas rompem, que os mesmos naturais vacilam, e muitas, repetidas vêzes se enganam. (VILHENA, op. cit., p. 107)

Novamente aqui, Vilhena coloca em jogo as realidades mítica e factual com o uso de estruturas comparativas que permitem ao leitor formar uma imagem da Baía de Todos os Santos, que possibilitam recompor um desenho, um mapa do impossível, a partir de suas referências da ideia mitológica do labirinto e da sinuosidade venturosa dos canais de Veneza. A obra da natureza, num eco invertido das ideias ligadas ao tópos do *deus artifex* ou *deus pictor*, é alçada à categoria de arte, digna de ser tema dos maiores poetas, assim como a engenhosidade do arquiteto e inventor Dédalo foi cantada.[9] Novamente, é uma recepção encaixada retoricamente, construída não apenas como forma de ornamento de estilo, mas com utilidade argumentativo-sugestiva.[10] E do ponto de vista da recepção, bidirecionalmente, ao leitor que algum dia se perder pelos canais entre ilhas da Baía de Todos os

9 O tópos do *deus pictor* ou *deus artifex* é um "devaneio sofístico que, no decorrer dos séculos, resulta na visão exaltada da natureza, de suas formas e cores, e na concepção do mundo como pintura da divindade". (LICHTENSTEIN, 2004, p. 21)

10 Na citação acima, da Carta II, o nome *dédalo* é usado metonimicamente como substantivo comum, com o sentido de "emaranhado de caminhos". A imagem do labirinto cretense ainda retornará na Carta VII, não mais de forma poética, mas com objetivos de descrição geográfica, já que a carta busca tratar das ordenanças, das formas de distribuição das tropas e milícias da capitania. O labirinto é o elemento de comparação com o mapa em que se encontra a descrição das formas de organização dos Regimentos da Tropa, que deveriam sofrer alteração a cada dia, mas os Livros mestres dos Regimentos para Vilhena eram mais intrincados que "o decantado labirinto de Creta". (VILHENA, op. cit., p. 246)

Santos, haverá a recordação do labirinto e dos canais venezianos. E ao leitor do mito, onde ele estiver, haverá a imagem do mapa do golfo baiano e a das vielas em água da cidade italiana. Pela recepção, esses mundos nunca serão os mesmos, atravessados um pelo outro, na experiência leitora.

Para além dos heróis ou dos mitos relacionados a heróis, as referências a autores clássicos também abundam, tanto os dos gêneros considerados menores, como Esopo, a autores celebrados em gêneros mais graves, como Homero. Logo na dedicatória a D. João, diretamente se evocam grandes nomes da literatura antiga, como Sêneca, Plutarco e Isócrates, num contexto em que o cronista se coloca diante do Soberano como um contribuidor à Pátria, com a oferta que faz com sua obra. Indiretamente, a referência a D. João como o Pai da Pátria, é uma lembrança da figura de Cícero, o primeiro a quem o Senado Romano outorga o título de *Pater Patriae*, um distintivo como modelo digno de admiração e de respeito pelas gerações vindouras.

Na vigésima carta da obra, que apresenta os reinos animal, vegetal e mineral das terras brasílicas, encontra-se a referência ao poeta épico Homero e ao poeta Anacreonte (570-485 a.C.), aqui, nos termos da comparação, marcando diferenças, na visão de antigos e modernos, quanto a gostos por certos sons como os emitidos pelas cigarras:

> Além dos mencionados insetos, e bichos há também pragas de cigarras, e grilos, de quem a música é insuportável, de forma que se a harmonia das cigarras da Grécia mereceram não só a atenção de Homero nas suas comparações, como de assunto para algumas odes de Anacreonte, as do Brasil por dissonantes, e fastidiosas careciam que outros iguais as abominassem por intoleráveis. (VILHENA, op. cit., p. 691)

A referência a Homero é do tipo que poderíamos chamar de "interna", que demanda a leitura e o conhecimento da obra,

por se tratar de um elemento que não é o central desse canto épico e que, portanto, não seria foco de comentário escolar. No Canto III da *Ilíada*, vv. 150-153, as cigarras são evocadas como seres de vozes delicadas, que cantam, diferentemente da forma como as pessoas da época de Vilhena sentiam o som que produziam: "Devido à idade tinham desistido da guerra; como oradores, / porém, eram excelentes, semelhantes às cigarras que no bosque / pousam numa árvore e lançam suas vozes delicadas como lírios".[11] Além dessa citação interna, o cronista ainda traz uma referência cruzada confrontando ele próprio a percepção diversa do som das cigarras por outro autor, Anacreonte, para quem a cigarra canta "como um rei" e é "honrada entre os mortais", é "profeta doce do Verão" e amada pelas Musas e por Febo que lhe "deu uma límpida canção", é "amante de hinos" e parece "mais com um dos deuses" (*Anacreônticas*, 34).[12] O roçar dessas formas de compreensão também coloca em tensionamento as diferentes formas de percepção de um fenômeno, que coloca em confronto duas realidades: a nossa e a do outro. Dessa forma as referências são bem encaixadas retoricamente.

Os exemplos apresentados aqui não são exaustivos, já que comparecem ao panteão de Vilhena heróis, personagens, elementos que remetem à cultura antiga e autores da Antiguidade colocados em confronto, comparativamente, com uma outra realidade, de forma que se potencializa a produção de sentidos e de compreensão da realidade apresentada ao interlocutor que a desconheça ou que a reconhecerá atravessada por outra leitura. Há casos ainda em que os autores não são apenas evocados, mas suas vozes são chamadas ao diálogo.

11 Homero recorda a idade mais afeita à guerra, a dos jovens, e a destinada à excelência como oradores, a dos velhos, comparando a voz do orador experiente à suavidade do cantar das cigarras. A tradução da passagem da *Ilíada* é de Frederico Lourenço.

12 Os trechos traduzidos da *Anacreôntica* são de C. Leonardo B. Antunes. (ver ANTUNES, 2013, p. 136)

Quando os antigos falam: as citações de Vilhena

Diz Vilhena, na dedicatória ao príncipe D. João, que Sêneca não fala consigo em sua obra, haja vista o fato de que, em 1802, ano de publicação de suas *Notícias*, o cronista teria um pouco mais de trinta anos de serviços à pátria e viveria em outro período da história. Além disso, Vilhena pode estar a considerar que Sêneca fala mesmo é a Lucílio, o destinatário de suas *Epistulae*, já que as ideias sobre recepção são outras no período do cronista. Revisto o papel do leitor como produtor de sentidos (BARTHES, 1974) e o da recepção como não passiva e bidirecional (MARTINDALE, 2013), Sêneca pode estar a conversar não apenas com Lucílio, mas com qualquer leitor contemporâneo ou futuro de sua obra, como é o caso de Vilhena e de quem mais leia sua obra em nosso tempo. Então, as palavras de Sêneca são também direcionadas ao cronista, de forma que são incorporadas na tessitura de uma nova obra para dar solo a uma argumentação; e a citação também tem efeito retroativo, já que o leitor contemporâneo de Vilhena e seus leitores futuros, lerão Sêneca sob suas próprias lentes, de forma que criarão suas próprias imagens a partir das camadas de significado que uma citação em outro contexto imprime ao próprio texto senequiano. Compreendamos como compreendamos essas questões, mesmo distante de seu tempo-espaço, os autores clássicos ou as suas línguas se fazem presentes diretamente, não apenas sob a forma de alusão, mas indicados por citações, conforme seguiremos discutindo, tomando as referências a Sêneca inicialmente, já que o cordovês é o primeiro a ser evocado.

Homo in adjutorium mutuum natus est.
(SÊNECA, *De ira*, 1,5,2)

Non continuo sibi vivit qui nemini.
(SÊNECA, *Ad Lucilium*, 6,55,5)

A voz de Sêneca é chamada em causa quando o nosso cronista quer destacar, na dedicatória a D. João, a possível contribuição à nação que estaria dando com as suas *Notícias*. Ao destacar que a matéria sobre a qual escreve seria de interesse e de atenção e zelo por algum historiador e que seu ânimo se dirige guiado apenas pela "satisfação do espírito, e desafeição ao ócio" (VILHENA, op. cit., p. 18), i.e, seu projeto seria de cunho menos profissional e carregado de interesse pessoal, Vilhena se dá conta de que pode, ao seu modo e estilo, ampliar o escopo de seu trabalho para uma *utilitas* mais nobre.

Como um professor da área agora chamada de estudos clássicos, do ponto de vista do método da citação, o cronista informa duas obras, ofertando a tradução para o trecho citado de uma delas apenas, já que o sentido de ambas as passagens é *grosso modo* o mesmo. Também se mostra atento ao indicar os seus títulos e o local onde se encontram as passagens: a primeira citação, do diálogo *De ira* (1,5,2: *Homo in adjutorium mutuum natus est*, não traduzida, mas cujo sentido é "o homem nasceu para a ajuda mútua"); e a segunda, da obra prima senequiana *Epistulae ad Lucilium,*[13] obra que ajuda a pintar o cordovês, paulatinamente, com tons moralistas e sentenciais, razão pela qual seu uso é recursivo ao longo do tempo (*Non continuo sibi vivit qui nenimi*, cuja tradução nos dá o cronista: "É inútil para si o homem que não vive para outrem"). Nesse caso, Vilhena encaixa bem a citação a seus propósitos, já que Sêneca a Lucílio adverte quanto ao aproveitar bem o ócio, a vida retirada, e então para Vilhena a sua "desafeição ao ócio" poderia se converter em algo

13 Na dedicatória da D. João, Vilhena faz referência à Carta 45 de Sêneca. Nas edições modernas, contudo, a citação se encontra na Carta 55, do Livro 6, das *Epistulae ad Lucilium*.

produtivo ao outro, à nação. Em Sêneca, contudo, uma tradução mais literal poderia ser "Não vive necessariamente para si quem não vive para o outro", com uma nuance de significado ligada ao uso da vida retirada com propósitos direcionados à sabedoria e ao desenvolvimento do espírito, i.e., deixar de viver para o outro não significa necessariamente viver para si mesmo, pois isso vai depender da forma como essa vida retirada vai ser aproveitada para fins virtuosos. Então, Vilhena estaria a fazer uso do tempo que poderia ser destinado ao seu retiro para devolver à nação algo de si –notícias soteropolitanas e brasílicas sob sua leitura – pelo acolhimento nas terras de além-mar.

Dada a citação cruzada e o encaixe argumental significativo que propõe, a leitura de Vilhena não é superficial, muito embora certas expressões senequianas costumem ganhar tons sentenciais e recursivamente ser retomadas para efeitos didático-morais ou para efeitos retóricos da ordem do ornamento discursivo. Assim, ambas as citações utilizadas por Vilhena se registram em obras do tipo *sententiae et exempla*, conforme veremos.

Nas edições da obra de Sêneca, a primeira citação de Vilhena, do diálogo *De ira* (*Homo in adjutorium mutuum* ***natus est***), é documentada em edições modernas com a perífrase verbal *genitus est*, ao invés da perífrase *natus est* de nosso cronista.[14] As edições mais antigas, como a de Fickert (1843), dão no aparato crítico apenas as lições *genitus est* ou *generatus est*, formas estampadas em edições anteriores ao surgimento da obra de Vilhena, em geral do tipo *Sententiae et exempla*, como a coligida por André Eborense (1572, reeditada em 1612 em dois tomos), onde se estampa *generatus est*. Ainda numa *Apophthegmata* (também um título abreviado de coleções de máximas, aforismos

14 Ver, por exemplo, a edição bilíngue, com tradução de Basore (ver SENECA, 1928) e a edição crítica de Sacerdoti (ver SENECA, 1968-1971), esta última sem indicação de variação nos códices nessa passagem. São do mesmo campo semântico as formas *natus est* ('nasceu') e *genitus est* ('foi gerado') e a que aparecerá logo a seguir: *generatus est* ('foi gerado').

e adágios) de 1614, organizada por Conradus Lycosthenes, se registra *generatus est*. No século XVIII, registram-se trabalhos com a variante *natus est* que está presente em Vilhena. É o caso da obra, ainda do tipo florilégio, de Andreas Ritz (1728), *Florilegium adagiorum et sententiarum Latino-Germanicum*. Também a edição de Cocceji (1744) com os comentários à obra *O direito da guerra e da paz* (1625), de Hugo Grócio, ao citar a expressão senequiana feita por Grócio (*Homo in adjutorium mutuum* ***generatus est***), em nota, além de informar outras passagens senequianas sobre o tema, oferece uma variante com a forma *natus est*, que estará presente em Vilhena e que poderia ser a variante dos florilégios.

Quanto à segunda citação senequiana feita por Vilhena (*Non continuo sibi vivit qui nemini*), registrada assim nas edições modernas citadas (ver nota supra), é também uma que se imprime em obras do século XVIII, então associada a contextos religiosos, documentando a recepção senequiana ajustada a ideais cristãos ou didático-morais. É o caso, por exemplo, da edição *A estrella D'Alva applicada: breviário de vários assumptos e ideias predicáveis de vários santos*, por António da Expectação (1758), onde essa citação de Sêneca é acompanhada de outras com o mesmo sentido. Uma variante dessa citação, também em contexto cristão, se documenta na entrada da Igreja Luterana de São Martinho, na Cracóvia, Polônia: *Frusta vivit, qui nemini prodest* ("Vive em vão, quem não é útil a ninguém"), numa demonstração do caráter sentencioso da passagem senequiana utilizada por Vilhena.

A presença das citações de Vilhena em obras de sentenças e florilégios não quer dizer, como dissemos, a sua consulta a essas fontes para incrementar o seu discurso. Efetiva e indiretamente, o cronista faz uma comparação entre sua escolha por dedicar seu ócio a produzir algo pela nação e a orientação de Sêneca de que as formas de retiro devem estar a favor de algo virtuoso. Vilhena é, pois, atento aos efeitos retóricos das comparações, mas é ciente da dupla finalidade desses efeitos: o ornamento e sua utilidade.

Suas citações, então, articulam-se bem a sua argumentação. Além disso, as duas evocações de Sêneca articulam-se entre si, sob a forma de referenciação cruzada, fruto de um conhecimento das obras por dentro.

Melius est nubere quam uri.
(1 CORÍNTHIOS 7:9)

A citação latina *Melius est nubere quam uri* ("É melhor casar do que arder") aparece na Carta 4, em que Vilhena se dedica a noticiar as causas das moléstias mais endêmicas que assolam a cidade de Salvador e a apresentar as formas de delas tratar. A sentença, de origem bíblica, presente na Primeria epístola de São Paulo aos Coríntios, é utilizada quando o cronista discute sobre a "moléstia" da sensualidade, colocada como um mal contagioso que, praticada por "um e outro sexo" (VILHENA, op. cit., p. 164) teria como remédio o que o apóstolo na Bíblia aplica aos estímulos sensuais: o casamento ("Porém, se não conseguem dominar-se, que casem. Pois é melhor casar do que arder", 1 Coríntios 7:9).[15] Embora tanto na Bíblia quanto em Vilhena se possa intuir o controle do desejo a ambos os sexos, a sentença ganha contornos de controle do prazer feminino, uma vez que o verbo *nubere* ('casar-se') é na Antiguidade mais direcionado à mulher quando se casa; ao homem, *ducere uxorem* (literalmente, "conduzir a esposa"). A preocupação com a ociosidade e liberdade femininas se explicita em Vilhena:

15 As traduções da Bíblia são da edição de Frederico Lourenço (2017). Segundo Lourenço, "a forma verbal traduzida por "arder" (*puroûsthai*) é ambígua, pois tanto pode tratar-se de um infinitivo presente médio ("arder", no sentido de "arder de desejo" como de um infinitivo presente passivo ("ser queimado"). No contexto apresentado em Vilhena, a ambiguidade toma o lado do "arder de desejo", haja vista o fato de que se encontra numa seção da carta que trata do prazer e da sensualidade como forma de doença na cidade da Bahia.

> O ordinário dos pais de família pobres neste continente, a quem faltam bens, a ordinária herança, que deixam a suas filhas, é a inveterada ociosidade, em que as criam, e liberdade em que as deixam viver de crianças; e por isso é que depois de adultas se valem delas para poderem subsistir. (VILHENA, op. cit., p. 164)

Desde a Antiguidade, como, por exemplo, em Tertuliano (*Ad uxorem*, 1, 3,1287B), que também faz uso da mesma citação bíblica, a passagem tem a função de apontar a instituição do casamento como uma concessão divina para o remédio contra os desejos. Seria, pois, uma forma de proteção contra os ardores naturais do corpo. No Livro I da obra, a esposa viúva é exortada a não se casar novamente, mas, no Livro II (2,2,1291B), destaca-se que, na impossibilidade da abstinência, que ela se case novamente, desde que seja com um cristão (*Mulier defuncto viro libera est: cui vult nubat, tantum in* [...] *christiano*, "Com o marido morto, a mulher está livre: ela se case com quem quiser, desde que seja em [...] Cristo").[16]

A citação de Vilhena se dá em latim em função de se tratar da versão bíblica mais difundida enquanto os vernáculos estruturavam suas traduções completas e enquanto as próprias traduções deixavam de ser vistas com desconfiança pela Igreja. Somente depois de 1808 é que a situação começa a mudar, com a liberação da importação de livros e as primeiras Sociedades Bíblicas passarem a enviar ao Brasil Bíblias em língua portuguesa. (GIRALDI, 2008)

Registra-se a passagem bíblica também em edições didático-explicativas ou do tipo *thesaurus*, em circulação no século XVIII. A edição do exegeta e teólogo católico Willem Hesselszoon van Est, intitulada *Absolutissima in omnes Beati Pauli et septem catholicas apostolorum epistolas commentaria tribus tomis distincta*, de 1709 (p. 247), apresenta integralmente a

16 A tradução é nossa. Ver Romanos 7:2: "É que a mulher casada está atada por lei ao marido, enquanto for vivo. Se o marido morrer, fica liberta da lei do marido".

sentença, com a explicação do significado de cada termo, onde se detalha – tal qual Vilhena – o casamento também como remédio: *melius est conjugem accipere, & nuptiarum uti remedio, quam uri, id est, ab igne concupiscentiae* ("É melhor tomar para si o cônjuge, & fazer uso do remédio das núpcias do que queimar-se, isto é, pelo fogo do desejo desmedido"). Também a obra *Thesaurus biblicus ... id est dicta & exempla biblica*, de Philipp Paul Merz (1761, p. 713), apresenta a mesma citação de nosso cronista, acrescida da explicação *Propter mutuam consolationem*, i.e., seria melhor se casar do que arder pelo fogo do desejo "por causa da mútua consolação", o que equivaleria a considerar também o casamento como um remédio para os desejos, de forma que, por meio dele, se poderia evitar a dita moléstia do desejo sensual que, segundo Vilhena, seria uma praga contagiosa na cidade.

Quid tibi cum vanis, demens, est artibus, aurum
Terra dat, at fuerit si bene culta prius.
(GRIMALDI, 1738, p. 72)

A citação em latim que ocorre na carta XIX é do jesuíta italiano Francesco Grimaldi. Vilhena grafa *Grimald*, supostamente em função de ter compreendido a forma genitiva presente no frontispício da obra *Francisci Grimaldi Societatis Jesu De vita oeconomica libri tres*[17] e ter optado por uma forma nominativa que hipotetizou. A obra de onde nosso cronista tira a citação é um poema didático em dísticos elegíacos de um conjunto de três poemas dedicados à escolha da esposa e às relações conjugais, além de tratar da educação dos filhos e de questões de ordem financeira: *De vita urbana*, "Sobre a vida urbana" (1725), *De vita oeconomica*, "Sobre a vida doméstica" (1738)[18] e *De vita aulica*,

17 No frontispício ainda se lê o subtítulo: *cum adnotationibus aristotelicis* já que a obra se baseia ligeiramente no tratado pseudo-aristotélico *Oeconomica*.

18 Considerado o tema, o poema é dedicado a um certo nobre homônimo

"Sobre a vida na corte" (1741), este último publicado incompleto postumamente. (HASKELL, 2003, p. 268)

A edição de Grimaldi estampa uma interrogação entre *artibus* e *aurum*, de forma que sua tradução poderia ser: "Qual o teu problema, ó insensato, com essas artes inúteis? / a terra dá o ouro, mas se tiver sido bem cultivada antes".[19] Como a Carta XIX, relacionada ao Ceará, trata, entre outras coisas, da natureza e do que se produz na terra, além de fazer referência aos minerais que estavam sendo descobertos, Vilhena articula a citação num contexto em que se questiona a conduta dos administradores e dos feitores, o desmazelo e o roubo de escravos como causa da falta de rendimento. Não seria um problema da pobreza das minas, que, se fossem "seriamente cultivadas recompensariam com usura vantajosa o suor, e indústria de quem as trabalhasse". (VILHENA, op. cit., p. 667) Assim, as minas continuariam a produzir se não tivessem sido desamparadas, abandonadas sem o trabalho de mineração que permitisse encontrar, por meio da indústria (*cum artibus non vanis*), os benefícios que a terra dá:

> Quem não tem a mínima noção de mineralogia é que ignora que o precioso daquelas betas está em baixo no seu leito que de ordinário anda com sessenta palmos de profundidade, com pouca diferença, e se aquelas não foram talvez penetradas até 20 palmos, como poderiam dar o que tinham? (VILHENA, op. cit., p. 667)

Para Vilhena, pois, em sua conversa com Grimaldi, seriam ocas (*artes vanae*), seriam inúteis as artes de esperar que o acaso

do poeta, o marquês Pier Franscesco Grimaldi, por ocasião de seu casamento. (HASKELL, 2003, p. 268)

19 A edição de 1969, aos cuidados de Edison Carneiro, estampa um ponto após *aurum*, de forma que o dístico resultaria com outro sentido ou com problemas de ordem sintático-semântica. O manuscrito de Vilhena e a edição de Braz do Amaral (1921) não apresentam o sinal. A interrogação entre *artibus* e *aurum* do texto de Grimaldi não está presente no manuscrito de Vilhena, nem nas edições de 1921 e 1969.

mostrasse a riqueza na superfície da terra, uma riqueza mais facilmente encontrada pelo trabalho realizado seriamente.

Non tantum nobis natisumus, partem que ortus nostri vendicat Patria, partem parentes, partem amici.
(Cícero, citando Platão em *De officiis*, 1,22)

Na dedicatória das três últimas cartas (XXII, XXIII e XXIV), Vilhena apresenta um texto estruturalmente muito semelhante àquele da primeira dedicatória que abre o grande conjunto de cartas de I a XX: i) traz uma justificativa para a escrita de mais três cartas; ii) retoma a necessidade de se escrever uma História Brasílica e espera que sua obra possa oferecer alguma contribuição nesse sentido; iii) utiliza os elementos de *captatio benevolentiae* comuns ao gênero e, para efeitos de clareza quanto ao seu empenho, cita uma sentença no mesmo campo temático daquelas de Sêneca da primeira dedicatória, i. e., uma frase que mostra seu desejo de ter feito algo não em prol de si, mas da nação. É, pois, nesse contexto que o cronista nos oferece uma espécie de aforismo e o atribui a Platão, mas o cita em latim, quando à primeira vista esperaríamos uma expressão em grego, em função do autor a que se refere e tendo em vista se tratar de um professor da língua grega como emissor da carta.

Muito difundida no Renascimento, a sentença platônica[20] em latim nos é transmitida numa tradução do grego feita por Cícero em sua *De Officiis* (1,22), ou *Sobre os deveres*, destinada a seu filho que estudava oratória e filosofia em Atenas.

> [22] Sed quoniam, ut praeclare scriptum est a Platone, *non nobis solum nati sumus ortusque nostri partem patria vindicat, partem amici*, atque, ut placet Stoicis, quae in terris gignantur,

20 Ver Carta IX 358A, atribuída, sob muita discussão, a Platão; nas referências, Plato (1981, partic. p. 592-593).

> ad usum hominum omnia creari, homines autem hominum causa esse generatos, ut ipsi inter se aliis alii prodesse possent, in hoc naturam debemus ducem sequi, communes utilitates in medium afferre mutatione officiorum, dando accipiendo, tum artibus, tum opera, tum facultatibus devincire hominum inter homines societatem.
>
> 22. Mas porque, como escreveu admiravelmente Platão, *não nascemos apenas para nós, e a pátria reivindica parte de nosso nascimento e os amigos outra*; e, como querem os estóicos, todas as coisas geradas na terra o foram para uso dos homens, a fim de que entre si se ajudassem, nisso devemos tomar a natureza por guia: dividimos ao meio as utilidades comuns pela troca de favores, dando e recebendo; e, ora pelas artes, ora pelo trabalho, ora pela competência, unamos a sociedade dos homens entre os homens.[21] (CÍC., *De off*. 1,22, trad. Angélica Chiapeta)

Efetivamente, Vilhena leu ou Cícero ou algum outro material de coletânea de sentenças e aforismos. É mais possível que sua fonte tenha sido Cícero, já que o próprio contexto mais amplo da citação ciceroniana nos revela uma associação daquilo que discute o cronista com o pensamento estoico apresentado por Cícero, segundo o qual as coisas estariam a serviço dos homens na natureza e os homens deveriam trabalhar conjuntamente para dela tirar o melhor proveito. Os momentos finais da dedicatória de Vilhena parecem refletir o trecho mais amplo do *De officiis* citado acima, haja vista o fato de o autor das *Notícias* trazer à balha a lembrança de ter dedicado à pátria "não menos de trinta e cinco anos" de sua vida. (VILHENA, op. cit., p. 808)

21 Efetivamente, esse pensamento deveria ser significativo a Cícero, já que é retomado, de modo aproximado, em outros lugares (ver *De officiis*, 1,12; *De finibus bonorum et malorum*, 2, 35). Em *Pro Murena* (83), registra-se a figura de Catão como expoente dessa ideia: *M. Cato, qui mihi non tibi, sed patriae natus esse* ("ó Marco Catão, que parece ter nascido não para o meu bem ou para teu próprio bem, mas para o bem da pátria"). Ver Gilbert (2015, p. 181) e bibliografia sugerida sobre o tema.

Num contexto semelhante, a mesma citação "ciceroniana" ocorre, em 1642 (p. VII), num poema dedicado ao autor Theodorus Höpingus, assinado pelo "Philologo-Crítico" M. Cunradus Matthias, em que se enaltece Höpingus pela obra feita: *Non tantum nobis nati sumus; Aurea verba / Haec Latii eloquii Tullius author habet* ("Não apenas para nós existimos; palavras de ouro / estas que o autor Cícero, da eloquência do Lácio, guarda"). Depois dessa introdução, o poema destaca os serviços do autor à pátria e ao orbe, i.e., à humanidade. O final da dedicatória de Vilhena não é diverso em efeito retórico, à diferença de que ele cita Platão como sua fonte, sem fazer referência a Cícero como intermediário, e também pelo fato de que nas *Notícias* é o próprio autor quem destaca o serviço que deixa à nação como sua contribuição.

Trata-se efetivamente de uma sentença em circulação frequente desde o Renascimento, vindo a se manter, pelo seu valor de máxima e pelo senso moral e filosófico, em materiais didáticos, como no *Rudiments of the Latin Tongue*, de 1817 (p. 65), em que serve de exemplo para a explicação de dativo dependente do verbo: *Nos non* ***nobis*** *nati sumus* [...] *Homines non* ***sibi*** *solum nati sunt* ("Nós não existimos em função de nós mesmos" [...] "Os homens não nasceram somente em função de si mesmos"). Nesse mesmo contexto escolar, com certas variações, a sentença ganha feição de lema, sendo utilizado até nossos dias por diversas instituições educacionais como a Massanutten Military Academy (Woodstock, Virginia), University College (Durham, England), Lower Canada College (Montreal), entre várias outras. Com sua citação, pois, Vilhena dá prosseguimento a uma tradição de uso do lema, cuja vitalidade se vê inclusive em diversas postagens de redes sociais, em nossos dias.

Sed quid opus teneras mordaci radere vero
Auriculas? Vide, sis, ne majorum tibi forte
Limina Frigescant: Sonat hic de nare canina Littera.
(Pérsio, 1, 107-110)

A Carta que fecha a obra de Vilhena, a XXIV, faz uma recopilação de pensamentos políticos relacionados à vida nas colônias portuguesas no Brasil. Não é à toa a citação de Pérsio logo no início, o poeta conhecido por sua sátira e por seu senso crítico forte em relação aos abusos de seus contemporâneos, mesmo tendo florescido na época de Nero. Vilhena inicia colocando como ponto pacífico de qualquer discussão sobre o assunto o fato de que a população, a agricultura e o comércio seriam as colunas mais sólidas e mais estáveis para a sustentação da vida na América portuguesa. E então propõe a reflexão sobre a necessidade de avaliação da atenção que estava sendo dada à solidez dessas colunas. (VILHENA, op. cit.) O cronista reconhece a delicadeza do tema desta sua carta em especial ("a matéria é melindrosa", id. p. 899), motivo pelo qual decide articular sua argumentação considerando a realidade da América e aquela europeia com vistas a observar a origem seja de certas virtudes, seja de certos vícios, considerando a possibilidade de ou louvar aquelas ou vituperar estas (id.). Demonstra, então, clareza quanto à dificuldade de tomar uma posição de escrever não somente o que agrada, mas também aquilo que precisa ser escrito, e relembra a sátira I de Pérsio, quando o poeta destaca os riscos em jogo no dizer a verdade, ele o *Amador Veríssimo de Aleteya*. Eis, pois, a tradução da citação que Vilhena faz em latim:

> Mas qual a necessidade de arranhar orelhinhas delicadas com a mordente verdade? Tome cuidado para que as portas dos poderosos não se tornem de repente frias para ti: então a letra canina do nariz ressoa. (PERS., I, 107-110; trad. CASTRO; LEITE, 2017, p. 247)

A citação de Pérsio é, ao mesmo tempo, a recuperação de uma tradição satírica posta em jogo, já que há um diálogo claro e simultâneo com Lucílio e Horácio. (CASTRO; LEITE, 2017) Tendo em vista o modo como Trebácio adverte Horácio quanto aos

perigos de "morder" com a verdade certas "orelhinhas delicadas"[22] e a maneira como Lucílio, em um de seus fragmentos, nos ensina o valor sonoro da letra *r* quando diz que um cão irritado o pronuncia mais corretamente que um homem,[23] Vilhena, por meio de Pérsio e dessas vozes rosnantes, satíricas, quer lembrar – ao seu "benfeitor, a um amigo, a um verdadeiro patriota" (VILHENA, op. cit., p. 900) – que escreve não por motivos de ostentação em uma composição poética, mas participar as suas reflexões a quem poderia agir em prol da nação. Obviamente, a menção do verso de Pérsio sobre o receio quanto às portas dos poderosos tornarem-se frias, reflete a preocupação de nosso cronista com uma possível perda de apoio de seu "benfeitor", assim como Trebácio adverte Horácio quanto ao risco de ter sua vida encurtada e de perder o apoio de algum patrono, passando a receber a porta fria na cara, "o que significa o rompimento da relação entre patrono e cliente" (CASTRO; LEITE, 2017, p. 247): *o puer, ut sis / vitalis metuo et maiorum nequis amicus / frigore te feriat*, "Ó moço, temo que não conserves tua vida e que algum amigo dos mais poderosos te fira com sua frieza". (HOR. *sat*. 2,1, 60-62, trad. nossa)

Do ponto de vista estrutural, Vilhena abre e conclui sua obra com duas citações bem significativas ao seu projeto. Assim, inicia suas *Notícias* trazendo Sêneca, na primeira dedicatória, com uma visão filosófica, estoica, em relação ao fato de que "O homem nasceu para a ajuda mútua", de forma que sua obra estaria a serviço não de seus intentos pessoais, mas em prol da nação, do outro, de um outro que nos inclui a nós mesmos. É um modo de iniciar com uma visão amena, filosófica, destacando sua

22 Hor. sát. 2,1, 21-23: *quanto rectius hoc quam tristi laedere versu / Pantolabum scurram Nomentanumque nepotem, / cum sibi quisque timet, quamquam est intactus, et odit* ("Quão mais correto é isso do que, com um verso irado, ofender um bobo Pantolabo e um devasso Nomentano, quando cada um teme por si mesmo, ainda que poupado, e os odeiam").

23 *R littera inritata canes quam homo quam planius dicit*. (LUCILIUS, 3-4; ver DOMINIK; WEHRLE, 1999, p. 16)

contribuição. E conclui suas *Notícias*, com a Carta XXIV, também com uma citação latina, agora num contexto de discussão de pensamentos políticos, em que Vilhena se assume adentrando em terreno mais crítico, de forma que se assegura em destacar que sua carta "jamais aparecerá em público" (op. cit. p. 900), e clama pela bondade do Soberano, o elemento que considerou ao se atrever a escrever suas reflexões. Não é, pois, desarticulada a citação de Pérsio, exatamente uma citação que conjuga todo um pensamento antigo sobre a relação entre a literatura, o poder e o discurso crítico. Assim, Vilhena é bem claro em seu projeto de continuar as suas reflexões de forma a que se produza uma História Brasílica, razão pela qual, não só mantendo as características do gênero em que escreve, conclui assim sua última missiva:

> Se suceder, meu Patrífilo, que o que deixo escrito, te não agrade, eu te suplico, que como benigno, queiras perdoar ao teu amigo, e mais pronto criado. (VILHENA, op. cit., p. 957)

REFERÊNCIAS

AMARANTE, J. A apropriação cristã dos mitos clássicos: Fulgêncio e a retórica da comparação. *Notandum*, São, Paulo, n. 54, ano 23, p. 75-94, 2020.

AMARANTE, J. O latim na literatura brasileira: enfeitar, impressionar, ridicularizar, *A Palo Seco: Escritos de Filosofia e Literatura*, Itabaiana, v. 1, p. 74-85, 2014.

ANTUNES, C. L. B. As Anacreônticas e a imagem de Anacreonte na antiguidade. *Let. Cláss*., São Paulo, v. 17, n. 1, p. 109-149, 2013.

BARTHES, R. *S/Z*. London: Cape, 1974.

BERNAL, S. *Machado de Assis e as representações do latim em um Brasil do século XIX*. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua

e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

BÍBLIA. VOLUME II. *Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse*. Tradução do grego, apresentação e notas Frederico Lourenço. 1 ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2017.

CASAL, M. A. *Corografia brasílica ou Relação historico-geográfica do reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

CASTRO, M. B.; LEITE, L. R. Releitura da tradição nas sátiras de Pérsio. *Itinerários*, Araraquara, n. 45, p. 235-254, 2017.

CÍCERO, M. T. *Dos deveres*. Trad. Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CICERO, M. T. *De Officiis*. With an English Translation. Walter Miller. Cambridge, Mass., London, England: Harvard University Press, 1913.

COCCEJI, H. *Grotius illustratus seu commentarii ad Hugonis Grotii de juri belli ac pacis libros III*. Ed. Samuel de Cocceji. Tomus I. Wratislaviae: Johann Jacob Korn, 1744.

DOMINIK, W. J.; WEHRLE, W. T. *Roman Verse Satire: Lucilius to Juvenal*: a Selection with an Introduction, Text, Translations, and Notes. Wauconda, Illinois: Bolchazy-Carducci Publishers, 1999.

EBORENSE, A. *Sententiae et exempla ex probatissimis quibusq[ue] scriptoribus collecta, [et] per locos communes digesta per Andream Eborensem Lusitanum*. Venetiis: Ad Signum Seminantis, 1572.

EXPECTAÇÃO, A. da. *A estrella d'Alva applicada: breviário de vários assumptos e ideias predicáveis de vários santos*... t. 3. Coimbra: Offic. Joseph da Costa, 1758.

FRANÇA JÚNIOR, J. J. O cantor de serenatas. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 mar. 1878. Variedades, p. 2 e s. Disponível em: http://www.historia-brasil.com/bahia/iconografia/atenas-brasileira.htm).

GILBERT, N. *Among Friends: Cicero and the Epicureans*. 2015. Thesis (Degree of Doctor of Philosophy) – Department of Classics, University of Toronto, Toronto, 2015.

GIRALDI, L. A. *História da Bíblia no Brasil*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

GRIMALDI, F. *De vita oeconomica libri tres: cum adnotationibus aristotelicis*. Romae: *Apud* Jo. Mariam Salvioni, 1738.

HASKELL, Y. A. *Loyola's Bees: Ideology and Industry in Jesuit Latin Didactic Poetry*. New York: OUP : British Academy, 2003.

HOMERO. *Ilíada*. Trad. e prefácio de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

HÖPINGUS, T. *De sigillorum prisco et novo jure tractatus practicus CXXX. conclusionibus et amplius, cum infinitis ampliationibus, limitationibus, declarrationibus, extensionibus & illationibus absolutus* ... Noribergae: Typis & sumptibus Wolffgangi Endteri, 1642.

HORACE. *Satires*. *Epistles*. *The Art of Poetry*. Translated by H. Rushton Fairclough. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1926. (Loeb Classical Library 194).

JOBIM, L. *Reforma Agrária no Brasil Colônia*. Coleção Tudo é história, 74. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LANDES, R. *A cidade das mulheres*. Trad. Maria Lúcia do Eirado Silva; revisão e notas de Édison Carneiro. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1947]2002.

LICHTENSTEIN, J. (org.). *A pintura – vol. 1: O mito da pintura*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

LYCOSTHENES, C. *Apophthegmata ex probatis Graecae Latinaeque linguae scriptoribus*. Lugduni: Petrus Rigaud, 1614.

MAIA, C. A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa. *In*: BRITO, A. M. (org.). *Gramática: história, teoria, aplicações*. Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2010. p. 29-50.

MARTINDALE, C. Reception – a new humanism? Receptivity, pedagogy, the transhistorical. *Classical Receptions Journal*, Oxford, v. 5, n. 2, p. 169-183, 2013.

MERZ, P. P. *Thesaurus biblicus ... id est dicta & exempla biblica* ... Augustae Vindelicorum et Herbipoli: sumptibus Martini Veith, Bibliepolae, 1761.

OLIVEIRA, F. *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, [1536]2000.

PERSIUS. *Juvenal and Persius*: with an English Translation. G. G. Ramsay. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1918.

PLATO. *Plato in Twelve Volumes*, Vol. IX. With na English translation by R. G. Bury. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1981.

QUINTILIANO. *Instituição oratória* - Tomo III. Trad. Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

RITZ, A. *Florilegium adagiorum et sententiarum Latino-Germanicum*... Basileae: Sumt. Joh. Ludovici Brandmülleri, 1728.

RUDIMENTS OF THE LATIN TONGUE. Adapted to the principles of the Madras, or Dr. Bell's System of Tuition. London: W. Calvert, 1817.

SENECAE, L. ANNAEI. *Opera*. Ad libros manuscriptos et impressos recensuit commentarios criticos subiecit disputationes et indicem addidit Carolus Rudolphus Fickert. v.2. Lipsiae: Sumptibus Librariae Weidmannianae, 1843.

SENECA, LUCIUS ANNAEUS. *Dialoghi*. Edizione critica con traduzione e note a cura di Nedda Sacerdoti. Milano: Istituto Editoriale Italiano, 1968-1971.

SENECA. *Moral Essays*. v. *I: De Providentia*. *De Constantia*. *De Ira*. *De Clementia*. Translated by John W. Basore. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1928. (Loeb Classical Library 214).

SILVA, G. J.; FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Recepções da Antiguidade e usos do passado. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 40, nº 84, p. 43-66, 2020.

SOTEROPOLITANO. *In*: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

TERTULLIEN. *A son épouse*. Introduction, texte critique, traduction et notes de Charles Munier. Paris: Les Éditions du Cerf, 1980.

VAN EST, W. H. *Absolutissima in omnes Beati Pauli et septem catholicas apostolorum epistolas commentaria tribus tomis distincta*. Rothomagi: Apud Nicolaum Boucher, Eustachium Herault, Petrum le Boucher, Franciscum Vaultier, 1709.

VELOSO, C. Reconvexo. In: BETHÂNIA, M. *Memória da Pele*. Rio de Janeiro: Polygram: 1989. Vinil (Faixa 1, dur. 4:28).

VERÇOSA, C. Salvador do tempo em que era a cidade da Bahia e quem nascia aqui era baiano com ou sem h. *A Tarde – Bahia Revista*, Salvador, 25 out. 2019. Disponível em: bahiarevista. home.blog/category/brasil/page/2/. Acesso em: 10 ago. 2020.

VILHENA, L. S. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*. Apresentação, notas e comentários de Braz do Amaral. 3 v. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Apresentação de Edison Carneiro. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

Sobre os Autores

Luciene Lages Silva é Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Atualmente, é professora de Estudos Clássicos do curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana. De 2007 a 2013, atuou como professora do curso de Letras Clássicas da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Letras e de Estudos Clássicos. Desenvolve pesquisas com ênfase no teatro clássico, recepção dos clássicos (teatro, cinema, memórias coloniais) e edição de textos. Em 2017, realizou seu Pós-Doutorado junto ao Centro de Estudos Clássicos de Coimbra, Portugal. Atua como colaboradora no Programa de Pós-graduação em História da UFS.

Rogério Rosa Rodrigues é Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Atua como professor do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) desde 2011. Em 2017, fez Pós-Doutorado no Lateinamerika-Institut (LAI) da Freie Universität, Berlim, com projeto intitulado "Entre Mundos: João Ribeiro e a historiografia brasileira em perspectiva transnacional". Tem se dedicado a pesquisar assuntos relacionados à história pública, história da historiografia, história, literatura e arte, cultura visual e movimentos sociais, com destaque para o conflito conhecido como Guerra do Contestado. Entre suas publicações constam a organização dos livros: *Possibilidades de Pesquisa em História* (Contexto, 2017), *Nos desvãos da História: João Ribeiro* (Paco Editorial, 2015) e *Contestado: fronteiras, colonização e conflitos* (Letra & Vida, 2015)

José Amarante é Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2013), onde atua como professor de Língua e Literatura Latinas na Graduação e como professor permanente de disciplinas de História da cultura escrita e Estudos de tradução, no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, onde orienta trabalhos sobre História da cultura escrita no Brasil, sobre autores da Antiguidade Tardia e sobre mitologia clássica na Idade Média.

Desenvolve pesquisas em Didática do Latim, História Social do Latim no Brasil e tradução de obras de Ausônio (séc. IV), Fulgêncio (Final do séc. V – Início do séc. VI d.C.), dos Mitógrafos do Vaticano. Em 2016, realizou seu pós-doutorado junto ao *Centro Antropologia e Mondo Antico* da Università di Siena, Itália. Entre outros trabalhos, é autor de *Latinitas: uma introdução à língua latina através dos textos* (Edufba, 2018) e *O livro de Mitologias de Fulgêncio: os mitos clássicos e a filosofia moral cristã* (Edufba, 2019).

Antônio Fernando de Araújo Sá é Professor Titular do Departamento de História e Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade de Brasília, com estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual de Feira de Santana (PNPD/CAPES). É líder do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (UFS/CNPq). Publicou, entre outros, os seguintes livros: *Combates entre História e Memórias* (Editora da UFS/ Fundação Oviedo Teixeira, 2005), *O Cangaço nas Batalhas da Memória* (Editora da UFPE, 2011) e *Os Perfeitos Técnicos da Indústria: O Sesinho em Revista* (Editora Prismas, 2017).

Wilma Santos de Siqueira é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe (2019), com o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Edição Crítica de *Informações sobre a Província de Sergipe em 1821*, de autoria de José Antônio Fernandes". Atuou como monitora da disciplina Filologia Românica e foi bolsista do CNPQ no projeto "Representações clássicas no Brasil do século XVIII: edição crítica das Cartas VIII e XVI de Luiz dos Santos Vilhena" coordenado pela professora Dra. Luciene Lages. Atualmente, desenvolve pesquisa como mestranda no Programa de Pós-Graduação em História/PRO-HIS, da Universidade Federal de Sergipe, com o projeto intitulado "Estudo filológico e edição do Manuscrito no 40 da Coleção Linhares da Biblioteca Nacional referente à Bahia".

Luiz dos Santos Vilhena é um personagem peculiar da nossa história. Por mais de uma década, o português viveu no Brasil, na cidade de Salvador, exercendo o magistério no antigo colégio jesuíta, no qual instruía os jovens nos estudos preparatórios para a Universidade de Coimbra. No final do século XVIII, durante 4 anos (1798-1802), se dedica a compor uma extensa obra dando notícias à Coroa Portuguesa sobre aquele 'novo mundo'. Por meio de 24 cartas, compõe um cenário da Bahia e das terras brasílicas. À forma de um cronista colonial, ele descreve, relata e reflete sobre os lugares, pessoas, limites geográficos e riquezas animal, mineral e vegetal. O presente volume reúne quatro estudos que abordam, principalmente, as relações entre memória, história e literatura na obra do cronista, trazendo outros olhares para a compreensão da visão de um homem ilustrado sobre o Brasil do séc. XVIII. Este livro é um convite para que perscrutemos, pelas ideias de Vilhena, certos rastros de nossas memórias coloniais.

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ISBN 978-65-5630-068-9
9 786556 300689